

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios da República Federativa do Brasil. Com base no dispositivo constitucional mencionado, podemos destacar como alternativa correta:

- a) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- b) O Município não é parte integrante da federação brasileira, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- c) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político são reconhecidos como princípios da República Federativa do Brasil, garantido-se o direito à propriedade.
- d) É livre a manifestação do pensamento sendo permitido o anonimato.

2. Quanto ao conceito de poder constituinte originário e poder constituinte derivado, qual das alternativas destaca-se como incorreta?

- a) O poder constituinte originário dá início a uma nova ordem jurídica. Portanto, todos os diplomas infraconstitucionais permanecem em vigor até serem declarados revogados.
- b) O Poder Constituinte Derivado é o poder já estabelecido na própria Constituição pelo poder Originário, que está inserido com o objetivo de legitimar a sua alteração quando necessária.
- c) A doutrina contemporânea relaciona a ideia de poder constituinte com o surgimento das constituições escritas, com o objetivo de limitar o poder estatal e de preservar os direitos e garantias individuais.
- d) O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 pode ser apontado como um exemplo de poder constituinte derivado.

3. Acerca da competência dos Municípios consoante a Constituição Federal, marque a alternativa incorreta:

- a) A súmula vinculante 38 do Supremo Tribunal Federal estabelece que o Município é competente para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) A Constituição Federal consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o à organização político-administrativa.
- c) A soberania municipal estabelece a auto-organização do município por meio de sua lei orgânica municipal e autoriza a edição de leis municipais.
- d) O Município rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

4. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição de 1988 prevê que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto aqueles que praticaram crimes de genocídio.
- b) Está consagrada na Constituição a inviolabilidade de crença religiosa e também a plena proteção à liberdade de culto e suas liturgias, com exceção das religiões com base em rituais indígenas.
- c) O artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal estabelece exceções à inviolabilidade domiciliar permitindo ingressar na casa sem o consentimento do morador nos casos de flagrante delito ou de desastre, ou para prestar socorro ou, durante o dia, independentemente de determinação judicial.
- d) O princípio da legalidade é basilar no Estado Democrático de Direito, determinando a Constituição Federal a sua garantia sempre que houver lesão ou ameaça a direito.

5. Nos termos da Constituição, marque a alternativa correta que trata dos direitos políticos:

- a) O direito de sufrágio é a essência do direito político, expressando-se pela capacidade de

eleger e de ser eleito. Assim o direito de sufrágio apresenta-se em dois aspectos: capacidade eleitoral ativa e capacidade eleitoral passiva.

b) A capacidade eleitoral ativa trata-se do direito de ser votado, direito à alistabilidade. Já a capacidade eleitoral passiva o direito de votar.

c) O voto é um dever, não cabendo ao eleitor o direito de escolher em quem votar.

d) Elegibilidade é a capacidade eleitoral ativa e consiste na possibilidade de o cidadão pleitear determinados mandados políticos, mediante eleição popular, desde que preenchidos requisitos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Sobre as disposições contidas na Constituição Federal de 1988 acerca da Administração Pública, é correto afirmar:

a) As funções de confiança e os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e empresa pública, bem como deve ser autorizada por lei a instituição de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

c) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

d) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Prefeito não será afastado do cargo, emprego ou função, mas ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.

7. Sobre os servidores públicos, é correto afirmar:

a) A única hipótese de perda do cargo de servidor público estável é através de sentença judicial transitada em julgado;

b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor, estável ou não, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;

c) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão ou para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;

d) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

8. Sobre o processo administrativo, de acordo com a Lei nº 9.784/99, é correto afirmar:

a) Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

b) Entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

c) A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

d) A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos não podem ser objetos de delegação.

9. Sobre os atos administrativos, assinale a resposta correta:

a) Sempre que o poder público não responder, em prazo razoável, a solicitação formulada por um cidadão, considerar-se-á deferido o requerimento do particular;

b) A presunção de legitimidade de que goza o ato administrativo é relativa, já que pode ser superada caso o interessado consiga demonstrar a ilegalidade do ato ou a não ocorrência dos seus pressupostos fáticos;

c) Nos atos discricionários, a competência, o motivo e o objeto são elementos vinculados, enquanto a forma e a finalidade são elementos discricionários;

d) A convalidação é um ato administrativo discricionário.

10. Sobre o poder de polícia administrativo, é correto afirmar:

a) Possui autoexecutoriedade, princípio segundo o qual o ato emanado será obrigatório, independentemente da vontade do administrado;

b) Limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade individual, regulando e fiscalizando atos civis ou penais;

c) Deve obedecer ao princípio da proporcionalidade no exercício do mérito administrativo e, por isso mesmo, pode ser submetido à revisão judicial nesse aspecto;

d) Pode ser delegado a sociedade de economia mista que explore serviço público, a qual poderá praticar atos de fiscalização e aplicar multas.

DIREITO CIVIL

11. Marido e mulher, casados pelo regime da separação total de bens, morreram em um acidente de avião, sem se conseguirem, aplicando-se todas as técnicas da medicina legal, identificar qual dos mortos faleceu primeiro. Deixaram filhos. Nesse caso, quanto à sucessão, é correto afirmar que:

a) como o regime, no caso, é o da separação total de bens, um cônjuge será herdeiro do outro no importe de 50% sobre o monte partível, sendo que os filhos herdarão a outra metade.

b) pelo regime de bens, um cônjuge poderia ser herdeiro do outro, mas, no presente caso, devido à comoriência, não cabe direito sucessório entre si, pelo que os filhos serão os herdeiros de todo o monte partível.

c) devido ao instituto da colação, caracterizado por terem falecido juntos no mesmo acidente, os filhos herdarão os bens de cada genitor, separadamente.

d) não existe possibilidade de se transmitir a herança a mortos, haja vista que com a morte não existe mais pessoa natural, pelo que um

cônjuge somente será herdeiro do outro se tiver sido realizado um testamento anterior à morte.

12. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I. Por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.

II. No registro do nascimento.

III. Por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

IV. Por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.

A sequência correta é:

a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

d) Apenas a assertiva IV está correta.

13. Sobre a pluralidade do conceito de família, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em sua redação original, reconheceu expressamente como entidades familiares:

a) as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, chamadas pela doutrina de famílias homoafetivas, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal no ano de 2011.

b) apenas as matrimoniais, informais e monoparentais, mas não impede o reconhecimento de outros possíveis arranjos familiares como decorrência dos princípios e direitos fundamentais.

c) apenas as matrimoniais e informais, equiparando-as expressamente pelo princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros, de modo que qualquer distinção que a lei estabeleça entre o casamento e a união estável é inconstitucional.

d) as famílias pluriparentais ou recompostas, como aquelas decorrentes de vários casamentos, uniões estáveis ou outros relacionamentos afetivos de seus membros.

14. No que diz respeito aos vícios redibitórios e sua respectiva disciplina legal, assinale a alternativa correta:

- a) Ocorrendo vício redibitório pode o adquirente rejeitar a coisa ou conservar o bem e reclamar abatimento no preço sem acarretar a redibição do contrato, através da ação estimatória ou *quanti minoris*.
- b) Se a coisa vier a perecer em poder do alienatário, em razão do defeito já existente ao tempo da tradição, o alienante não terá de restituir o que recebeu.
- c) Se o alienante tinha ciência do vício oculto, deverá restituir o que recebeu, sem perdas e danos.
- d) São defeitos ocultos existentes na coisa alienada, objeto de qualquer tipo de contrato.

15. Identifique abaixo hipótese de responsabilidade civil subjetiva, de acordo com as normas de direito civil brasileiro:

- a) a responsabilidade dos donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos danos ocasionados por seus hóspedes.
- b) a responsabilidade do empregador, por atos cometidos por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- c) a responsabilidade dos pais, por danos ocasionados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- d) a responsabilidade do motorista, por acidente de trânsito

16. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise os itens abaixo, e assinale a opção INCORRETA:

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

c) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

d) Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

17. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença:

- I - estar provada a existência do fato.
- II - não haver prova da existência do fato.
- III - não constituir o fato ato infracional.
- IV - não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

18. A execução das medidas socioeducativas, nos termos da Lei 12.594/2012 (SINASE) rege-se-á pelos seguintes princípios:

- I - legalidade, podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos.

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas, com a obrigatoriedade de participação da vítima.

IV – não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva I está incorreta.

19. Sobre os alimentos devidos ao Idoso (Lei 10.741/2003), analise os itens abaixo e assinale a opção ERRADA:

- a) Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.
- b) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- c) A obrigação alimentar é solidária, devendo o idoso optar entre os prestadores.
- d) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

20. Dentre as funções institucionais da Defensoria Pública, marque a alternativa CORRETA:

- a) promover, judicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses.
- b) patrocinar ação penal pública e a subsidiária da pública.
- c) promover, junto aos cartórios competentes, o registro civil de nascimento e óbito das pessoas carentes.

d) assegurar aos seus assistidos, em processo extrajudicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre competência e modificação de competência, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta;
- b) A ação fundada em direito real sobre imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu;
- c) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo se um deles já houver sido sentenciado;
- d) É competente o foro de domicílio ou residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos.

22. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;
- b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado;
- c) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão universal de bens;
- d) É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.

23. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Litisconsórcio é a pluralidade de sujeitos em um dos polos de uma relação processual;

b) Há litisconsórcio unitário quando o provimento jurisdicional de mérito tem de regular de modo uniforme a situação jurídica dos litisconsortes, admitindo-se, para eles, julgamentos diversos;

c) O litisconsórcio pode ser ativo ou passivo, a depender do polo da relação processual em que ele se formar;

d) Litisconsórcio ulterior é aquele que surge após o procedimento ter-se formado e é visto como algo excepcional, pois tumultua a marcha do procedimento.

24. Sobre Intervenção de Terceiros, assinale a alternativa correta:

a) A Intervenção de terceiro é fato jurídico processual que implica modificação de processo já existente, pelo qual um terceiro, mesmo que não esteja autorizado por lei, ingressa em processo pendente, transformando-se em parte;

b) A Assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre;

c) Feita a Denúnciação da lide pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu;

d) O Chamamento ao processo é a intervenção de terceiro provocada pelo autor ou pelo réu, cabível apenas no processo de conhecimento.

25. Assinale a alternativa correta:

a) O juiz poderá se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico;

b) Ao juiz incumbe determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, exceto nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

c) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público,

seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

d) O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, não podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

26. Sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

a) Será expedida carta precatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro;

b) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual e será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

c) A citação válida, somente quando ordenada por juízo competente, induz litispêndência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

d) A intimação será feita por meio eletrônico quando frustrada a realização por oficial de justiça ou pelo correio.

27. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

b) A tutela de evidência somente poderá ser concedida após justificção prévia.

c) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.

d) A extinção do processo dar-se-á por decisão interlocutória ou sentença de mérito.

28. No que se refere à petição inicial, assinale a opção INCORRETA:

a) Verificando o juiz que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará

que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

b) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

c) O pedido deve ser sempre determinado, não sendo lícito, portanto, a formulação de pedido genérico.

d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

29. No que se refere à contestação, Julgue os seguintes itens:

I - Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

II - O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

III - Oferecida a contestação, o autor poderá, independentemente do consentimento do réu, desistir da ação.

IV - Há coisa julgada quando se repete ação que está em curso.

Estão CORRETOS apenas os seguintes itens:

- a) II e IV
- b) I e III
- c) II, III e IV
- d) I e II

30. No que diz respeito ao Recursos, assinale a opção CORRETA:

a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

b) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, ainda que a parte prove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

c) Cabe apelação contra as decisões interlocutórias que versarem sobre rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

d) O recurso de agravo de instrumento tem o prazo geral de 15 dias para sua interposição e será dirigido diretamente ao tribunal competente.

DIREITO PENAL

31. São hipóteses de exclusão de ilicitude, EXCETO:

a) estado de necessidade.

b) discriminantes putativas.

c) legítima defesa.

d) estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito.

32. Assinale a alternativa CORRETA:

a) o princípio da insignificância é causa supralegal de exclusão da tipicidade formal.

b) a coação física absoluta é modalidade de excludente da culpabilidade.

c) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional.

d) a doença mental e a embriaguez podem ser excludentes de ilicitude.

33. Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa correta:

a) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua imputabilidade.

b) se a participação for de menor importância, a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço.

c) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.

d) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

34. Quanto às penas previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta:

a) as penas são as privativas de liberdade, as restritivas de direitos e a de multa.

b) transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juízo da Fazenda Pública.

- c) no regime fechado o trabalho externo não é admissível.
d) o trabalho do preso poderá ser remunerado.

35. Segundo o Código Penal, NÃO é pena restritiva de direitos:

- a) prestação pecuniária;
b) perda de bens e valores;
c) limitação de fim de semana.
d) prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas ou privadas.

36. Marque a alternativa que não representa causa de interrupção da prescrição:

- a) o recebimento da denúncia ou da queixa
b) a pronúncia
c) reincidência
d) concessão de liberdade provisória

37. A conduta de oferecer droga ilícita, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

- a) é punida com a mesma pena da conduta de oferecer drogas ilícitas com o objetivo de lucro
b) não é punida com pena privativa de liberdade
c) pode ensejar condenação em advertência sobre os efeitos das drogas;
d) não é tipificada como crime na legislação brasileira.

38. Assinale a afirmativa correta sobre o crime de roubo, previsto no art. 157 do Código Penal:

- a) em caso de condenação pela prática de roubo, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
b) a pena é aumentada se o agente mantiver a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade
c) o emprego de arma branca não afeta a pena do delito
d) não pressupõe a subtração de coisa alheia móvel

39. Responda qual a afirmativa correta sobre o crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, levando em consideração a

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) o crime de corrupção de menores, para incidir, independe da prova da efetiva corrupção do menor
b) é crime material
c) não é punido com pena privativa de liberdade
d) o fato de o crime praticado com o menor de 18 anos ser considerado hediondo não afeta a pena do crime de corrupção de menores

40. Acerca dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, marque a alternativa correta:

- a) é considerada crime a conduta de suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato
b) é considerada apenas infração administrativa a conduta de importar munição de arma de fogo, sem autorização da autoridade competente
c) constitui o mesmo crime a conduta de portar arma de fogo na rua, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, e a conduta de possuir arma de fogo, no interior de sua residência, em desacordo com determinação legal ou regulamentar
d) Possuir arma de fogo, ainda que em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não é crime quando a conduta é praticada na zona rural

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Com relação à prisão preventiva e à prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) É ilegal a prisão efetuada por agentes públicos que não tenham competência para a realização do ato se a pessoa estava em flagrante delito.
b) A decisão que decreta ou mantém a prisão preventiva, para ser considerada devidamente fundamentada, não precisa se manifestar sobre a impossibilidade de serem aplicadas outras medidas cautelares diversas da prisão.
c) Poderá ser decretada a prisão preventiva em caso de descumprimento de qualquer das

obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

d) Não será, em qualquer hipótese, admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

42. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa incorreta:

a) Durante o interrogatório do acusado, o advogado do corréu tem direito de fazer perguntas.

b) Se houver mais de um acusado, cada um dos réus terá direito de assistir ao interrogatório dos corréus.

c) Não há nulidade processual se o juiz indefere, de modo fundamentado, a oitiva das vítimas do crime.

d) A inobservância da ordem de inquirição de testemunhas, prevista no art. 212 do CPP, é causa de nulidade relativa.

43. O sursis processual deverá ser oferecido:

a) antes do oferecimento da ação penal.

b) no momento em que for oferecida a denúncia.

c) após a condenação transitada em julgado.

d) nas alegações finais.

44. As eventuais nulidades relativas ocorridas na instrução criminal do processo ordinário:

a) devem ser arguidas até as alegações finais.

b) podem ser arguidas a qualquer tempo, caso sejam a favor do acusado, em razão do princípio da ampla defesa.

c) devem ser arguidas até o recurso de apelação.

d) devem ser arguidas até o momento em que se dá ciência da sentença.

45. Assinale a alternativa incorreta:

a) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos em que se configura violência doméstica.

b) Em matéria penal, são contados em dobro todos os prazos da Defensoria Pública.

c) No procedimento do Júri, o direito de a defesa recusar imotivadamente até três jurados é garantido em relação a cada um dos réus, ainda que as recusas tenham sido realizadas por um só defensor.

d) A condenação penal definitiva imposta pelo Júri não pode ser desconstituída mediante revisão criminal.

46. Relativamente ao inquérito policial tem-se por correto afirmar:

a) Em se tratando de inquérito já arquivado pode se verificar o oferecimento de denúncia, caso sejam obtidas novas provas que evidenciem a existência de justa causa.

b) No curso do inquérito não se configura o direito da defesa de ter acesso aos elementos de prova já produzidos, por se tratar de procedimento de natureza inquisitorial, somente surgindo esse direito uma vez deflagrada a ação penal, com o oferecimento da denúncia.

c) A produção das provas no curso do inquérito tem por objeto viabilizar a formação da opinião delicti, razão pela qual seu destinatário será o Juiz de Direito.

d) Dado o princípio da publicidade, e considerando a igualdade entre as partes, não se admite a observância de sigilo no curso do inquérito policial, sendo necessário o acompanhamento das diligências em tempo real, sob pena de nulidade.

47. Sobre a ação penal é correto afirmar:

a) Por se tratar de um direito fundamental a ação penal privada subsidiária da pública poderá ser instaurada caso o membro do Ministério Público, deixando de oferecer denúncia, promova o arquivamento do inquérito policial em juízo.

b) Em se tratando de ação penal pública condicionada, havendo a morte do ofendido antes de oferecer a representação deverá ocorrer o trancamento do inquérito, por ser esse direito personalíssimo, sem transmissão a terceiros.

c) No crime de estupro a ação penal será pública condicionada, salvo se a vítima for pessoa menor de dezoito anos ou vulnerável, hipóteses nas quais a ação será pública incondicionada.

d) A ação penal representa a forma de exercício do direito de provocar a jurisdição penal para a aplicação da lei ao caso concreto, podendo ser de iniciativa do Ministério Público ou do ofendido.

48. Relativamente às partes no processo penal é correto afirmar:

- a) O princípio da identidade física do juiz não se aplica ao processo penal, no qual prevalece o dever de maior celeridade na prestação jurisdicional.
- b) A atuação da Defensoria Pública em favor das vítimas no processo penal, atuando na condição de assistente de acusação, não se mostra incompatível com as atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal de 1988.
- c) Em razão do princípio da unidade do Ministério Público o membro atuante em segundo grau não poderá se manifestar de forma contrária ao entendimento adotado pelo membro que ofereceu a denúncia, salvo no caso de reconhecimento de nulidade insanável.
- d) A investigação dos delitos se dá através da Polícia Judiciária, razão pela qual o oferecimento de denúncia deverá estar embasado na prova colhida em inquérito policial.

49. Relativamente às competências no processo penal, tem-se por correto afirmar:

- a) Os crimes praticados através da rede mundial de computadores serão de competência da Justiça Federal, uma vez que nesses casos se verifica a transnacionalidade.
- b) O foro por prerrogativa de função implicará na competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento dos Deputados Federais, desde que o crime tenha sido praticado no

exercício do cargo e tenha relação com suas funções.

- c) Caso os jurados durante Tribunal do Júri desclassifiquem a infração para outro crime, que não seja doloso contra a vida, deverá ser remetido o processo ao órgão judiciário da Vara Comum competente para que profira sentença.
- d) Em se tratando de delito praticado em co-autoria por menor e por adulto ambos deverão ser julgados pelo mesmo juízo, diante da regra de conexão.

50. Sobre as afirmativas abaixo assinale a correta:

- a) Considerando que no momento do recebimento da denúncia não se exige cognição exauriente, somente será necessário analisar a existência de justa causa por ocasião da sentença.
- b) A apresentação de memoriais pela acusação, posteriormente à apresentação dos memoriais pela defesa, representa mera irregularidade processual, não se caracterizando violação ao princípio do contraditório.
- c) A vedação constitucional ao anonimato não impede seja deferida busca e apreensão com base em denúncia anônima, já que na fase investigativa prevalece o princípio *in dubio pro societate*.
- d) O depoimento prestado por policiais que participaram da prisão do réu é válido e apto a justificar uma condenação, caso esteja em consonância com as demais provas e tenha sido colhido em contraditório.

PROVA SUBJETIVA

Cite e explique pelo menos quatro das prerrogativas da Defensoria Pública, explicando a importância das prerrogativas para o exercício da atividade defensorial.

RASCUNHO

--

